

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas ao relatório do
auditor independente em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 253IT-042-PB



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	11
Demonstrações financeiras	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 dezembro de 2024 e 2023	20

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Sobre a Companhia

Aos acionistas

É com grande satisfação que submetemos à apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do BH Airport, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes.

Desde 2014, o terminal é administrado por uma concessão, formada pelo Grupo CCR, uma das maiores companhias de concessão de infraestrutura da América Latina, e por Zurich Airport, operador do Aeroporto de Zurich, o principal *hub* aéreo da Suíça e considerado um dos melhores aeroportos do mundo, além da Infraero, estatal com experiência de mais de 40 anos na gestão de aeroportos no Brasil.

1.1. Apresentação

Com o propósito de encurtar distâncias e conectar destinos, o BH Airport é um aeroporto internacional que promove a conectividade do estado de Minas Gerais com o Brasil e o mundo. Um dos principais *hubs aeroportuários* do país, o BH Airport atende cerca de 70 destinos nacionais e internacionais, sendo o terceiro maior do Brasil em quantidade de destinos.

Com localização estratégica, na região metropolitana de Belo Horizonte, em Minas Gerais, região Sudeste do Brasil, o BH Airport está no centro do país, abrangendo cerca de 90% do PIB dos principais centros econômicos do Brasil, a apenas uma hora e meia de voo. A infraestrutura do terminal é complementada por um complexo intermodal que o conecta às principais rodovias que acessam a capital mineira.

Referência nacional e internacional em qualidade de serviço, o BH Airport tem como pilares a mineiridade, segurança, pioneirismo, praticidade e paixão, reforçando seu compromisso com a melhor experiência aeroportuária e o desenvolvimento socioeconômico da região.

1.2. Mensagem da diretoria

O ano de 2024 foi marcado pela consolidação da recuperação do setor aéreo. O BH Airport registrou um fluxo de 12,3 milhões de passageiros, um crescimento de 18% em relação a 2023, superando os números pré-pandemia e crescendo quatro vezes acima da média do mercado nacional.

Esse avanço reflete o compromisso contínuo do BH Airport em ampliar a conectividade do estado com o Brasil e o mundo. Em 2024, foram lançadas sete novas rotas, totalizando cerca de 70 destinos atendidos. Hoje, o terminal se posiciona como o segundo aeroporto do Brasil com maior número de destinos domésticos e o terceiro em número total de conexões.

O crescimento da movimentação de cargas também foi expressivo. O terminal registrou 30 mil operações de importação, um aumento de 8% em relação ao ano anterior, alavancando a receita do Hub Logístico Multimodal em 22%. Esse desempenho reflete a eficácia das estratégias de integração modal e atendimento personalizado ao mercado.

Outro destaque foi a ampliação do mix comercial do terminal, que passou a contar com mais de 110 operações comerciais, crescimento de 22% em relação a 2023, consolidando-se como um ambiente moderno e funcional para passageiros e visitantes.

O reconhecimento da excelência operacional veio por meio de importantes premiações do setor. Em 2024, o BH Airport foi eleito o melhor e o mais pontual aeroporto do Brasil na categoria de grandes terminais pelo Prêmio Aviação + Brasil, concedido pela Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC). Além disso, recebeu pelo segundo ano consecutivo o título de Aeroporto mais sustentável do Brasil, concedido pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), e, pelo quarto ano seguido, a certificação Aeroporto Verde. O compromisso com a sustentabilidade também se reflete na renovação do selo Airport Carbon Accreditation (ACA) nível 3+, que reafirma o BH Airport como o primeiro aeroporto carbono neutro do Brasil.

Com uma gestão focada em eficiência, inovação e sustentabilidade, seguimos impulsionando o desenvolvimento da aviação no Brasil e no mundo.

1.3. Outros destaques do ano de 2024

Investimentos em infraestrutura: Com o compromisso de aprimorar a experiência dos passageiros e garantir eficiência operacional, o BH Airport investiu R\$ 37,8 milhões em infraestrutura ao longo de 2024. O principal destaque foi a implementação do novo sistema de manuseio de bagagens domésticas (Baggage Handling System - BHS), um avanço tecnológico que otimiza o fluxo de malas e aprimora a segurança e agilidade dos processos aeroportuários.

Relatório de sustentabilidade: Em linha com as melhores práticas de governança ambiental, social e corporativa (ESG), o BH Airport manteve a publicação de seu Relatório de Sustentabilidade em 2024. O documento reúne as principais ações, iniciativas e resultados de 2023, priorizando os temas identificados na Matriz de Materialidade, conforme os mais altos padrões do mercado. A publicação detalha as estratégias de desenvolvimento sustentável adotadas entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2023, reafirmando o compromisso do BH Airport com a transparência e a responsabilidade socioambiental.

Segurança é a principal regra do jogo: A segurança é um valor inegociável para o BH Airport, e ao longo de 2024, diversas iniciativas foram implementadas para fortalecer a cultura de segurança no ambiente aeroportuário. Além de campanhas internas de conscientização, foram realizados investimentos em ações preventivas, visando a redução de riscos operacionais e a promoção do bem-estar dos colaboradores. Como resultado desse compromisso, nenhum acidente de trabalho com afastamento foi registrado no ano, garantindo uma Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento (TFCA) de zero.

Recorde nas reservas on-line: A digitalização e inovação também se destacaram em 2024. A plataforma de reservas online de estacionamento do BH Airport (vendasonline.bh-airport.com.br) registrou um volume recorde de 104 mil reservas, um crescimento de 20% em relação ao ano anterior. Entre os diferenciais oferecidos pela ferramenta, destacam-se descontos exclusivos de até 70% e maior comodidade para os clientes.

O serviço conta com parceiros estratégicos, como Veloe, ConectCar, CVC, Papo de Aeroporto e Minas Tênis Clube, reforçando a atratividade da plataforma e a conveniência para passageiros e visitantes.

2. Governança, Gestão e Estratégia Corporativa

2.1. Administração

O BH Airport possui uma sólida estrutura de governança corporativa composta por:

- Conselho de Administração (seis membros eleitos, sendo quatro indicados pelo Grupo CCR e Zurich Airport e dois pela Infraero);
- Conselho Fiscal, de caráter permanente;
- Comitês de Assessoramento (Compliance, Gestão de Pessoas, Financeiro e Infraestrutura);
- Diretoria-Executiva, com mandatos de dois anos e possibilidade de reeleição.

As reuniões de governança são realizadas regularmente para assegurar transparência, equilíbrio de interesses e qualidade nas tomadas de decisão.

2.2. Gestão da Ética e Programa de Integridade e Compliance

O BH Airport conduz suas relações institucionais e comerciais com base em princípios inegociáveis de ética e integridade, garantindo que todas as interações – sejam com o setor público ou privado, internas ou externas – sigam elevados padrões de governança corporativa.

A Política de Integridade da concessionária é estruturada a partir do Programa de Integridade e Compliance e do Código de Conduta e Ética Empresarial, reforçando o compromisso com a transparência e o relacionamento responsável com todos os stakeholders. O BH Airport adota uma postura de tolerância zero a qualquer forma de violação aos direitos humanos, incluindo o uso de mão de obra infantil, trabalho escravo ou análogo à escravidão, bem como qualquer tipo de desrespeito, discriminação, agressão ou preconceito.

A governança do Programa de Integridade é conduzida pelo Grupo de Trabalho de Compliance, composto pela Diretoria-Executiva e pelo Compliance Officer. Esse órgão corporativo monitora a implementação do programa, avalia eventuais desvios críticos e delibera sobre medidas corretivas e ações disciplinares necessárias, assegurando a aplicação rigorosa das diretrizes estabelecidas.

Além disso, todas as relações contratuais e parcerias comerciais do BH Airport são submetidas a rigorosos processos de *due diligence*, garantindo que estejam alinhadas às políticas de segurança operacional, gestão integrada e conformidade com o Código de Conduta e Ética Empresarial. Os contratos e demais instrumentos jurídicos que formalizam essas parcerias são bilaterais, transparentes e respaldados pela legislação vigente, reforçando a segurança jurídica e a integridade de todas as operações.

2.3. Governança e Gestão de Riscos Corporativos

O BH Airport adota uma política robusta de gerenciamento de riscos, que estabelece diretrizes claras para a Gestão de Riscos Corporativos da companhia. Formalmente aprovada pela alta administração, essa política orienta a tomada de decisão estratégica, assegurando que os riscos sejam gerenciados de forma estruturada e alinhada aos objetivos do negócio.

A estrutura de Gestão de Riscos abrange todas as etapas do processo, incluindo identificação, avaliação, priorização, tratamento, monitoramento, comunicação e consulta. Esse modelo permite a antecipação de cenários, mitigação de incertezas e fortalecimento da governança corporativa.

Em 2024, a companhia realizou uma reanálise aprofundada dos riscos corporativos, avançando na implementação da gestão de riscos por processos. Esse aprimoramento incluiu a atualização do dicionário de riscos e a estruturação da Matriz de Riscos, tanto no nível corporativo quanto nos processos internos, permitindo uma abordagem mais integrada e proativa.

Além disso, o BH Airport iniciou a revisão de suas diretrizes voltadas à resiliência climática, incorporando ações preventivas e estratégias para mitigar impactos ambientais e operacionais decorrentes das mudanças climáticas. A análise de riscos considera eventos climáticos extremos, alterações meteorológicas e impactos regulatórios, garantindo que o aeroporto esteja preparado para lidar com desafios futuros e manter a continuidade das operações de forma sustentável.

Essa política reforça a visão estratégica e transversal da gestão de riscos, permitindo ao BH Airport antecipar desafios, responder com agilidade a eventos não materializados e fortalecer a resiliência organizacional e climática.

2.4. Gente e Gestão

O BH Airport segue comprometido com o desenvolvimento organizacional e a valorização das pessoas, alinhado ao propósito de conectar destinos e baseado nos valores de mineiridade, segurança, praticidade, pioneirismo e paixão. Em 2024, fortalecemos nossa cultura organizacional com avanços significativos, incluindo o lançamento do Programa Feedback 360º, que promove avaliações estruturadas, desenvolvimento individual e mapeamento de talentos, contribuindo para decisões estratégicas de promoção e reconhecimento.

Demos continuidade ao VOE Líder, programa que aprimora a formação de lideranças, garantindo que nossos gestores valorizem as pessoas, otimizem processos e assegurem a execução eficiente das estratégias organizacionais. No último ano, registramos um crescimento expressivo na diversidade, com 90% de aumento no número de mulheres aprovadas para posições de liderança, refletindo nosso compromisso com a inclusão e equidade.

Nosso quadro de colaboradores encerrou 2024 com 300 profissionais, tendo 31 promoções e 34 reconhecimentos por mérito. Para fortalecer o bem-estar e a qualidade de vida no ambiente de trabalho, promovemos ações voltadas à saúde mental, ergonomia e incentivo à prática de exercícios físicos, além de campanhas de prevenção e imunização, garantindo a vacinação de 188 colaboradores e 27 dependentes contra a gripe.

A capacitação e o desenvolvimento profissional continuam como prioridade, com investimento de R\$ 233.726,48 em treinamentos, um aumento de 12,37% em relação a 2023. No total, foram realizadas 4.894 horas de capacitação, com uma média de 163 horas de treinamento por colaborador, abrangendo temas essenciais como legislação, regulatórios e excelência corporativa.

O BH Airport segue investindo no crescimento sustentável do seu time, promovendo um ambiente de trabalho dinâmico, inovador e orientado para resultados. Em 2025, continuaremos ampliando as iniciativas de desenvolvimento, reforçando nossa cultura organizacional e consolidando nosso compromisso com a excelência e a valorização das pessoas.

2.5. Partes Relacionadas

De acordo com o Contrato de Concessão, considera-se parte relacionada à concessionária e ao acionista privado qualquer controladora, coligada e respectivas controladas, conforme as normas contábeis vigentes.

Para assegurar a governança e transparência nas transações comerciais com partes relacionadas, os acionistas do BH Airport estabeleceram no Estatuto Social que a Infraero possui voto de qualidade nessas deliberações. Esse mecanismo tem como principal objetivo garantir a lisura dos procedimentos, o cumprimento das cláusulas contratuais e a proteção dos acionistas não controladores. Dessa forma, qualquer contrato firmado com partes relacionadas deve ser previamente submetido à análise da Infraero e somente poderá ser aprovado com seu consentimento expresso, conforme estabelecido no Protocolo de Práticas de Governança Corporativa: Transações com Partes Relacionadas.

Adicionalmente, o Acordo de Acionistas prevê procedimentos específicos para essas contratações, garantindo que todas as transações realizadas sejam transparentes e alinhadas aos parâmetros de mercado. Esse compromisso reforça o compromisso do BH Airport com boas práticas de governança corporativa, assegurando a integridade e equidade nas relações comerciais.

3. Desempenho Econômico e Financeiro

3.1. Mercado Aeroportuário Brasileiro

Em 2024, o mercado aeroportuário brasileiro apresentou um sólido desempenho, consolidando-se como o segundo melhor ano da história do setor, embora ainda abaixo dos níveis registrados em 2019, refletindo os efeitos residuais da pandemia da COVID-19.

Apesar das restrições na disponibilidade de aeronaves, as companhias aéreas priorizaram a eficiência operacional, otimizando a utilização de suas frotas e elevando significativamente o load factor. Essa estratégia permitiu uma melhor adequação da oferta à demanda, contribuindo para a recuperação gradual do setor.

3.2. Desempenho

Em 2024, o Aeroporto Internacional de Belo Horizonte registrou um desempenho histórico, consolidando-se entre os aeroportos de maior crescimento no setor. Com um fluxo de 12,3 milhões de passageiros, o terminal registrou um aumento de 18% em relação a 2023, um crescimento três vezes superior à média nacional. Além disso, obteve a segunda maior recuperação do mercado, superando os índices de movimentação pré-pandemia em 11%, enquanto o mercado nacional registrou retração de 1% no mesmo período.

Esse avanço fortaleceu ainda mais a posição do BH Airport como um dos principais hubs aeroportuários do Brasil. O número de destinos atendidos cresceu de 63 para 70, refletindo a expansão da malha aérea e a conectividade ampliada do aeroporto. A oferta de assentos aumentou 14%, um patamar três vezes superior ao crescimento da indústria, enquanto o load factor registrou crescimento de 3% em relação ao ano anterior, reforçando a eficiência das operações aéreas.

No segmento de cargas, o BH Airport obteve um crescimento de 17% em relação a 2023, impulsionado pela captação de novos clientes e pelo aumento na movimentação de cargas de clientes ativos.

Outro destaque foi o crescimento de 32% na operação do modal marítimo, consolidando ainda mais a multimodalidade logística do BH Airport e reforçando seu papel estratégico como o "porto" de Minas Gerais.

Com um desempenho excepcional em passageiros e cargas, o BH Airport segue sua trajetória de crescimento sustentável, inovação e fortalecimento como um dos mais importantes hubs de conexão do Brasil.

Indicadores Operacionais	2023	2024	Variação
Número de Passageiros Totais	10.510	12.357	18%
Movimentação Total de Aeronaves (MTA)	99,01	114,19	15%
Volume de Carga (TONS)	8.486	9.958	17%

Volume de cargas de Importação e Exportação tarifadas no Terminal de Cargas, excluindo importações/exportações de aeronaves.

3.2.1. Receitas Consolidadas

A Companhia registrou receita líquida de R\$ 416.785, crescimento de 25% em relação ao ano anterior, como demonstrado no quadro abaixo:

Receitas Operacionais	2023	2024	2024
Receitas Tarifárias	195.186	240.597	23%
Receitas Não Tarifárias	180.379	228.959	27%
Receita Bruta	375.565	469.556	25%
Deduções de Receita Bruta (-) (Sem Reeq)	42.627	52.771	24%
Receita Líquida (Sem Reeq)	332.938	416.785	25%

Desconsidera os impactos a receita de construção e a receita proveniente do reequilíbrio contratual.

(**) Desconsiderando os efeitos do ATAERO extinto em JAN/2023.

3.2.2. Dívida

Em 24 de agosto de 2018, foi assinado o contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o BNDES, no valor de R\$ 508 milhões, em 201 parcelas, com custo de TJLP + 2,31 % ao ano, com vencimento em 15 de dezembro de 2035, dividido em dois subcréditos, sendo R\$ 381 milhões correspondentes ao subcrédito “A” e R\$ 127 milhões ao subcrédito “B”. Em 16 de novembro de 2018 foi efetuada a liquidação da dívida do empréstimo-ponte no valor de R\$ 418 milhões.

Em 21 de novembro de 2019, houve o segundo desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 14,6 milhões, sendo R\$ 10,9 milhões (75%) referente ao subcrédito “A” e R\$ 3,7 milhões (25%) referente ao subcrédito “B”.

Em 15 de abril de 2020, ocorreu a suspensão dos pagamentos das parcelas de principal e dos juros remuneratórios dos subcréditos A e B do contrato de financiamento por seis meses, no período compreendido entre 15 de abril de 2020 e 15 de setembro de 2020, por meio do programa de *standstill* do BNDES, devido à pandemia. Em 15 de setembro de 2020 houve a prorrogação do programa por mais seis meses no período de 15 de setembro de 2020 a 15 de março de 2021.

No dia 17 de setembro de 2021, foi pactuado Termo Aditivo n.º 3 ao contrato de financiamento no qual foi acordado entre o BNDES e a concessionária quanto à suspensão do pagamento das parcelas de principal e dos juros remuneratórios por nove meses, no período compreendido entre 15 de abril 2021 e 15 de dezembro de 2021, sem alterações na taxa de juros, modificando o método de amortização do contrato de SAC para *Price*.

No ano de 2022, após encerramento do Standstill, a Companhia retomou o fluxo de pagamentos mensais e, conforme pactuado, restabeleceu a conta reserva usada como garantia contratual ao financiamento.

4. Sustentabilidade

4.1. Desempenho Ambiental

O BH Airport segue firme em seu compromisso de ser o aeroporto mais sustentável do Brasil, incorporando a agenda ESG como um pilar estratégico e promovendo iniciativas voltadas às dimensões ambiental, social e de governança. Em 2024, diversas ações foram implementadas para reforçar essa atuação.

Na frente ambiental, o aeroporto ampliou suas ações de proteção à biodiversidade, incluindo o monitoramento da passagem de fauna sob a Rodovia LMG 800 e o manejo seguro de animais, garantindo a segurança operacional e a preservação ambiental. A operação aeroportuária registrou um dos melhores indicadores da série histórica, com apenas 2,01 colisões com fauna a cada 10.000 movimentos de aeronaves.

A gestão de resíduos também avançou significativamente. O Programa de Coleta Seletiva Solidária destinou 3,5 mil toneladas de materiais recicláveis, beneficiando 28 famílias da Ascamare, associação de catadores de Lagoa Santa. Além disso, foi implantado um projeto de compostagem em parceria com a empresa Gram Terra, transformando resíduos de madeira em adubo para uso nos jardins e áreas de recuperação ambiental do aeroporto.

No combate às mudanças climáticas, o BH Airport acelerou a descarbonização da sua frota, adquirindo quatro veículos elétricos que substituíram modelos a combustão, reduzindo 30 toneladas de CO₂e por ano. O aeroporto também expandiu sua infraestrutura de recarga para veículos elétricos, fornecendo 12.369 kWh de energia renovável aos clientes do estacionamento P+. A instalação do sistema 400Hz + PCA eliminou a necessidade de geradores a diesel no apoio às aeronaves, reduzindo 470 toneladas de CO₂e por ano, com 73% de economia no consumo de diesel.

O compromisso social do BH Airport se fortaleceu por meio do programa Jovens Aprendizes, realizado em parceria com a Rede Cidadã, capacitando jovens das cidades vizinhas em atividades operacionais e socioeducativas. Ao longo do ano, o aeroporto também promoveu ações voluntárias, arrecadou mais de 50 toneladas de doações para as vítimas das inundações no Rio Grande do Sul e realizou eventos culturais e educativos, incluindo exposições, visitas guiadas e iniciativas de inovação, como o InovAero Day, que conectou startups ao setor aeroportuário.

Com uma estratégia ESG consolidada e resultados expressivos em sustentabilidade, impacto social e inovação, o BH Airport reafirma sua posição como referência no setor, avançando em direção a um futuro cada vez mais sustentável e responsável.

5. Reconhecimentos e Prêmios

Reconhecimento como Aeroporto Verde pelo Programa “Green Airport” do Conselho Internacional de Aeroportos (ACI): Em 2024, o BH Airport foi premiado pelo quarto ano consecutivo como "Aeroporto Verde" pelo ACI, devido ao projeto da Estação de Tratamento de Águas Cinzas (ETACs). O sistema reutiliza água de chuva e de pias/chuveiros, economizando 26 milhões de litros de água e R\$ 465 mil anuais, além de reduzir em 38% as emissões de CO₂e.

Renovação do Nível 3+ (Engajamento e Neutralização) do Programa Airports Carbon Accreditation (ACA) do Conselho Internacional de Aeroportos (ACI): O BH Airport se tornou o primeiro aeroporto neutro em carbono no Brasil, alcançando os níveis 3 (Engajamento) e 3+ (Neutralidade) do Programa de Airport Carbon Accreditation (ACA) do ACI, por meio da gestão eficaz das emissões e a compra de créditos de carbono.

ANAC – Aeroportos Sustentáveis: O BH Airport foi reconhecido pelo segundo ano consecutivo como o aeroporto mais sustentável do Brasil (categoria acima de 5 MM de passageiros), recebendo a maior pontuação (98,84%) no Programa Aeroportos Sustentáveis da ANAC.

Prêmio Destaque ESG - IBEF Minas: O BH Airport foi premiado como Destaque ESG do ano pelo seu projeto de energia limpa para aeronaves, que reduz emissões e ruído, além de gerar economia para as companhias aéreas. O prêmio foi concedido pelo IBEF-MG.

ISO 14064: O BH Airport é certificado pela ISO 14064:2018 para gerenciar e reduzir emissões de GEE. Em 2023, passou por auditoria da SGS del Peru, que verificou suas ações de descarbonização.

Prêmio Hugo Werneck: O BH Airport recebeu o Prêmio Hugo Werneck de Meio Ambiente & Sustentabilidade como "Melhor Exemplo em ESG" pelo seu projeto de descarbonização, sendo reconhecido como referência no Brasil.

Customer Experience Accreditation: O BH Airport foi reconhecido no nível 2 do Airport Customer Experience Accreditation, pela segunda vez consecutiva, destacando sua estratégia de experiência do cliente. É o único aeroporto no Brasil a atingir esse nível, entre 46 no mundo, sendo 9 na América Latina e somente o BH Airport no Brasil.

6. Considerações finais

6.1. Agradecimentos

A Administração do BH Airport agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, à Agência Nacional de Aviação Civil, aos usuários, financiadores e às instituições financeiras e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento.

O nosso muito obrigado também aos nossos colaboradores pelo trabalho, pela paixão, e pelo espírito colaborativo.

6.2. Auditores Independentes

No relacionamento com o auditor independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes.

Confins, 27 de março de 2025.

A Administração.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12ª andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.
Confins - MG

Opinião

Examinados as demonstrações financeiras da Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. (Companhia), em 31 de dezembro de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado (DVA)

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Élica Darcelena da Silva Martins
Contadora CRC 1SP-223.766/O-0

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Balanços patrimoniais

em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

((Em milhares de Reais))

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante		144.673	135.035
Caixa e equivalentes de caixa	6	52.114	45.949
Aplicações financeiras	6	-	16.093
Contas a receber das operações	7.1	49.905	43.413
Contas a receber de partes relacionadas	10	12	14
Tributos a recuperar	8	35.389	22.433
Adiantamentos a fornecedores		29	-
Estoque		4.487	4.642
Despesas antecipadas e outros créditos		2.737	2.491
Não circulante		2.853.445	2.880.372
Contas a receber de partes relacionadas	10	52.352	78.932
Aplicações financeiras	6	14.419	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	556.469	523.338
Tributos a recuperar	8	30.706	43.789
Estoque		3.480	2.708
Despesas antecipadas e outros créditos		2.015	1.413
Imobilizado	11	10.498	10.048
Intangível	12	2.127.295	2.166.784
Infraestrutura em construção	12	56.211	53.360
Total do Ativo		2.998.118	3.015.407

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2024	2023
Circulante		353.200	336.278
Financiamentos	13	25.482	23.485
Fornecedores	15	21.832	34.485
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	10	5.679	854
Impostos e contribuições a recolher		6.578	8.721
Obrigações sociais e trabalhistas		10.464	9.452
Obrigações com o Poder Concedente	20	279.129	256.873
Outras obrigações		4.036	2.408
Não circulante		2.845.906	2.814.852
Financiamentos	13	385.679	406.413
Obrigações com o Poder Concedente	20	2.454.805	2.396.270
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	14	5.090	10.743
Fornecedores	15	332	1.426
Patrimônio líquido		(200.988)	(135.723)
Capital social		906.940	906.940
Prejuízos acumulados		(1.107.928)	(1.042.663)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.998.118	3.015.407

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstrações de resultados

em 31 de dezembro de 2024 e 2023

((Em milhares de Reais))

	Nota	2024	2023
Receitas operacionais líquidas	17	456.639	427.960
Custos dos serviços prestados		(237.002)	(258.550)
Custo de construção		(31.218)	(69.740)
Depreciação e amortização	11 e 12	(70.466)	(66.089)
Serviços		(58.093)	(49.817)
Custo com pessoal		(32.113)	(34.754)
Custo da outorga		(23.477)	(18.778)
Materiais, equipamentos e veículos		(7.775)	(6.611)
Outros		(13.860)	(12.761)
Lucro bruto		219.637	169.410
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(31.275)	(35.056)
Despesas com pessoal		(13.915)	(16.975)
Serviços		(5.047)	(8.138)
Depreciação e amortização	11 e 12	(222)	(501)
Materiais, equipamentos e veículos		(501)	(630)
Provisão (reversão) para riscos cíveis e trabalhistas		5.653	(3.873)
Taxa de administração e embarque das Companhias Aéreas		(2.369)	(2.239)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(1.932)	(1.256)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(703)	(675)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(284)	(580)
Gastos com viagens e estadias		(210)	(283)
Perdas com clientes		(1.152)	(2.530)
Reversão (provisão) para perda esperada - contas a receber das operações		376	4.853
Outras receitas (despesas) operacionais		(10.969)	(2.229)
Resultado antes do resultado financeiro		188.362	134.354
Resultado financeiro	18	(286.770)	(272.319)
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		(98.408)	(137.965)
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	9.1	33.143	46.153
Prejuízo do exercício		(65.265)	(91.812)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(65.265)	(91.812)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(65.265)	(91.812)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	906.940	(950.851)	(43.911)
Prejuízo do exercício	-	(91.812)	(91.812)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	906.940	(1.042.663)	(135.723)
Prejuízo do exercício	-	(65.265)	(65.265)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	906.940	(1.107.928)	(200.988)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2024	2023
Prejuízo do exercício		(65.265)	(91.812)
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.1	(33.131)	(46.153)
Depreciação e amortização	11 e 12	70.688	66.568
Depreciação - direito de uso em arrendamento		-	22
Baixa do ativo imobilizado	11	-	38
Variação monetária das obrigações com o Poder Concedente	18	171.790	165.496
Juros e variação monetária sobre financiamentos	18	37.271	39.628
Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis e trabalhistas	14.1	1.968	3.873
Reversão da provisão para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	(376)	(4.853)
Variação monetária sobre outros ativos	18	3.124	(7.488)
Ajuste a valor presente de obrigações com o Poder Concedente	18	78.555	80.737
Ajuste a valor presente do ativo financeiro		(9.550)	-
Rendimento de aplicação financeira		(2.325)	(2.817)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	18	120	59
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos:			
Contas a receber das operações	7.1	(6.116)	8.473
Contas a receber do Poder Concedente		14.950	43.448
Contas a receber de partes relacionadas	10	23.458	(2.603)
Tributos a recuperar		1.915	1.644
Despesas antecipadas e outros créditos		(848)	39
Estoques		(617)	-
Adiantamentos a fornecedores		(29)	1
Aumento (redução) dos passivos:			
Fornecedores		(13.867)	(4.165)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	10	4.825	74
Obrigações sociais e trabalhistas		1.012	(3.406)
Impostos e contribuições a recolher para imposto de renda e contribuição social		(2.143)	(12.248)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	(778)
Obrigações com o Poder Concedente		(169.554)	(161.015)
Pagamentos de provisão para riscos cíveis e trabalhistas		(7.621)	-
Outras obrigações		1.628	(5.199)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		99.862	67.563
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	11	(2.776)	(1.548)
Adições ao ativo intangível	12	(39.306)	(73.792)
Outros de ativo intangível	12	394	2.417
Resgates / aplicações (conta reserva)		1.674	(1.596)
Aplicações financeiras líquidas de resgate		2.325	2.817
Caixa líquido usado nas atividades de Investimentos		(37.689)	(71.702)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Arrendamento:			
Pagamentos de principal	21.2	-	(23)
Financiamentos:			
Pagamentos de principal e juros	21.2	(56.008)	(55.594)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(56.008)	(55.617)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		6.165	(59.756)
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		45.949	105.705
No final do exercício		52.114	45.949
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		6.165	(59.756)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstrações do valor adicionado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Receitas			
Receitas operacionais	17	513.449	473.970
Outras receitas		273	709
Provisão para perda esperada - contas a receber		376	4.853
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo de construção		(31.218)	(69.740)
Custos dos serviços prestados		(82.843)	(72.049)
Outorga		(102.032)	(99.515)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(20.153)	(23.532)
Valor adicionado bruto		277.852	214.696
Depreciação e amortização	11 e 12	(70.688)	(66.590)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		207.164	148.106
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	18	10.307	26.410
Valor adicionado total a distribuir		217.471	174.516
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta		27.677	31.927
Benefícios		9.529	10.685
FGTS		1.766	1.887
Outros		437	400
Tributos			
Federais		10.998	(7.418)
Municipais		9.405	7.925
Estaduais		90	87
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		217.818	217.195
Aluguéis		5.016	3.640
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízo do exercício		(65.265)	(91.812)
		217.471	174.516

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. Contexto operacional

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. (“Companhia” ou “BH Airport”), é uma sociedade de propósito específico por ações de capital fechado, constituída em 22 de janeiro de 2014, tendo como objeto exclusivo a prestação de serviços públicos para ampliação, manutenção, exploração de infraestrutura aeroportuária e do respectivo Complexo Aeroportuário, localizados nos municípios de Confins e Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais, e outras atividades necessárias ou convenientes a este fim, como a constituição de subsidiárias integrais para a execução de atividades compreendidas no objeto social, a importação, compra e contratação de bens e serviços necessários à execução das atividades compreendidas no objeto social e à execução de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto.

A sede está localizada na Rodovia LMG 800, Km 7,9, s/n, município de Confins – MG, sala B13A.

A concessão compreende o Complexo Aeroportuário a ser implementado em três fases:

- FASE I-A – transferência das operações do Aeroporto da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO para a Companhia, que ocorreu em três etapas:
- Estágio I: Iniciada em 7 de maio de 2014, no qual a Concessionária apresentou à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) o Plano de Transferência Operacional (PTO), encerrado em 2 de junho de 2014. Os prepostos da Concessionária já podem ter livre acesso às instalações do Aeroporto, observadas as normas de segurança vigentes;
- Estágio II: Após 2 de junho de 2014, a operação ficou sobre responsabilidade da INFRAERO, sendo assistida pelos prepostos da Companhia até o dia 11 de agosto de 2014; e
- Estágio III: A partir de 12 de agosto de 2014, a Companhia assumiu a operação do Aeroporto, sendo auxiliada por prepostos indicados da INFRAERO, até o dia 11 de janeiro de 2015.

A partir do dia 12 de janeiro de 2015, a Companhia assumiu integralmente a operação do Aeroporto.

- FASE I-B – ampliação do Aeroporto pela Companhia para adequação e melhoria do nível de serviço; e
- FASE II – demais fases de ampliação, manutenção, exploração do Aeroporto, para atendimento aos Parâmetros Mínimos de Dimensionamento previstos no PEA – Plano de Exploração Aeroportuária, operando conforme o disposto no Contrato, seus anexos, na legislação e regulamentação aplicáveis.

A concessão, conforme definido no edital de leilão n.º 01/2013, terá prazo de 30 anos, contados a partir da data de eficácia, em 7 de maio de 2014.

Em 26 de abril de 2021, foi assinado o Termo Aditivo n.º 8 ao contrato de concessão, tendo como objeto a alteração pontual do Anexo 5 para permitir a revisão, em 2021, dos valores estimados para custos e despesas do Fluxo de Caixa Marginal, conforme os valores realizados em 2020, em consonância com a Decisão n.º 216/2020 da ANAC, que deferiu o pleito de reequilíbrio contratual apresentado pela Companhia, em razão dos impactos econômicos decorrentes do COVID-19 para o setor de concessões aeroportuárias no ano de 2020.



1.1. Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, para alguns contratos de concessão rodoviária há previsão de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

1.2. Outras informações relevantes – Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões do contrato de concessão

A Companhia é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questão do contrato de concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura.

Os acionistas e a Administração da Companhia reiteram sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis ao contrato de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias dos contratos como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa.

As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes dessas discussões.



2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 27 de março de 2024, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:

- 7.1. **Provisão para perda esperada:** principais premissas para determinação do risco de crédito;
- 9.2. **Reconhecimento de ativos fiscais diferidos:** disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais poderão ser utilizados;
12. **Amortização dos ativos intangíveis:** curva de amortização;
14. **Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários:** determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso; e
19. **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo:** premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.



3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Moeda estrangeira

Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários, adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

3.2. Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas aeroportuárias são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes do aeroporto.

As receitas não tarifária são reconhecidas quando da prestação dos serviços. A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Receitas de remuneração de contas a receber do Poder Concedente é reconhecida como complemento da receita da concessionária, à medida que a concessionária têm o direito de ser remunerada pelo Poder Concedente em razão de implantação da infraestrutura, operação ou indenização.

Receitas de mitigação de demanda são créditos a receber do Poder Concedente, oriundos de demanda real inferior à demanda projetada no contrato de concessão e são reconhecido à medida de sua apuração, conforme períodos previstos contratualmente.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço.



Os valores das tarifas são pactuados na celebração de cada contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Para maiores detalhes, vide Nota Explicativa n.º 17.

3.3. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.



Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).



O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.



Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

3.5. Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

3.6. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.



O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil de componente reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na Nota Explicativa n.º 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

3.7. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item 3.13.

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

3.8. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.



Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos e reequilíbrios contratuais.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.



3.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.10. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.11. Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

3.12. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no limite de 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.



Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

3.13. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01- R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.



Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

O direito de exploração da infraestrutura também pode ser oriundo de pagamentos ao Poder Concedente em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

Em função dos contratos de concessão serem executórios, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

3.14. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

3.15. Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2024, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024:

- Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) – alterações ao CPC 03 e CPC 40;
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 e CPC 23;
- Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26;
- Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* – alterações ao CPC 06; e
- Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou *joint venture* – alterações ao CPC 36 e CPC 18.



3.16. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

Outras Normas Contábeis

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).



5. Gerenciamento de riscos financeiros

5.1. Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas Notas Explicativas n.ºs 6, 7, 10, 13 e 19.

b. Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI); (2) Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) relativo ao ônus da concessão; e (3) Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou IGP-M relativo à tarifa básica de pedágio. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas Notas Explicativas n.ºs 6, 10, 13 e 19.

c. Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros, com a finalidade de se proteger dos valores a pagar em moedas estrangeiras. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

d. Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Companhia conta com o suporte financeiro da acionista controladora final, CCR S.A.. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidos nas respectivas notas explicativas.



O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Financiamentos (a)	56.373	56.377	56.377	56.377	394.639
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	5.679	-	-	-	-
Fornecedores e outras obrigações	25.868	-	-	-	-
Obrigações com o Poder Concedente	262.416	163.508	163.508	163.508	2.842.343

(a) Valores brutos dos custos de transação.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2024	2023
Caixa e bancos	4.061	1.786
Aplicações financeiras enquadradas com equivalentes de caixa (a)	48.053	44.163
Total	52.114	45.949

Aplicações financeiras	2024	2023
Circulante	-	16.093
Conta reserva (b)	-	16.093
Não Circulante	14.419	-
Conta reserva (b)	14.419	-
Total	14.419	16.093

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,07% do CDI, equivalente a 10,88% a.a. em 31 de dezembro de 2024 (100,87% do CDI, equivalente a 13,22% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2023).

- (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e
(b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a financiamentos (vide Nota Explicativa n.º 13).

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber das operações

7.1. Contas a receber líquidas

	2024	2023
Circulante	49.905	43.413
Contas a receber das operações (a)	50.534	44.418
Provisão para perda esperada (b)	(629)	(1.005)
Total	49.905	43.413

- (a) Créditos a receber decorrentes de tarifas aeroportuárias, tais como tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem, capatazia, receitas acessórias como estacionamento, locação de espaço físico, direito de acesso ao terminal e outros serviços de apoio; e
- (b) Reflete a perda esperada das operações, referentes aos créditos a receber citados no item (a).

7.2. Aging do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	2024	2023
Créditos a vencer	46.123	40.635
Créditos vencidos até 60 dias	3.680	2.331
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	102	447
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	62	509
Créditos vencidos há mais de 181 dias	567	496
Total	50.534	44.418

8. Tributos a recuperar

	2024	2023
Circulante	35.389	22.433
IRRF	3.055	4.683
Cofins	24.587	14.062
Pis	5.338	3.054
ISS	168	170
IRPJ e CSLL	1.699	32
Outros	542	432
Não circulante	30.706	43.789
Cofins	25.224	35.973
Pis	5.482	7.816
Total	66.095	66.222



9. Imposto de renda e contribuição social

9.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2024	2023
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(98.408)	(137.965)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	33.459	46.908
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(337)	(439)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(99)	(337)
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	107	20
Outros ajustes tributários	13	1
Despesa de imposto de renda e contribuição social	33.143	46.153
Impostos correntes	12	-
Impostos diferidos	33.131	46.153
Alíquota efetiva de impostos	-34%	-33%

9.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2024	2023
Ativo	574.950	542.460
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	449.145	428.950
Ajuste a valor presente	122.186	107.864
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	1.730	3.652
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.675	1.652
Provisão para perda esperada	214	342
Compensação de imposto ativo	(18.478)	(542.460)
Impostos ativos após compensação	556.472	-
Passivo	(18.481)	(19.122)
Arrendamento - OPC06	(3)	-
Capitalização de juros	(18.158)	(18.744)
Custo de transação de empréstimos	(320)	(378)
Compensação de imposto passivo	18.478	542.460
Imposto diferido líquido	556.469	523.338
Movimentação do imposto diferido	2024	2023
Saldos em 1º de janeiro	523.338	477.185
Reconhecimento no resultado	33.131	46.153
Saldos em 31 de dezembro	556.469	523.338

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFIN S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2027	2.198
2028	7.323
2029	10.342
de 2030 em diante	429.282
Total	449.145

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

Saldos	2024				2023			
	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	52.352	-	22	52.374	78.933	-	424	79.357
Bancos conta movimento	-	-	10	10	-	-	86	86
Contas a receber - partes relacionadas	52.352	-	12	52.364	78.933	-	13	78.946
Outros créditos	-	-	-	-	-	-	325	325
Passivo	-	5.508	171	5.679	-	733	129	862
Fornecedores - partes relacionadas	-	5.508	171	5.679	-	733	121	854
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-	8	8

Transações	2024				2023			
	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas de serviços especializados e consultorias	-	-	-	-	-	-	(6)	(6)
Custos / despesas serviços prestados - CCR CSC	-	(5.466)	-	(5.466)	-	7.140	-	7.140
Custos / despesas - outros gastos gerais	-	-	7	7	-	1.966	-	1.966
Custos / despesas de infraestrutura utilizada	-	-	2	2	179	-	(2)	177
Custos / despesas - serviços de suporte e manutenção de tecnologia	-	-	(194)	(194)	-	-	-	-
Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	-	(146)	(146)	-	-	414	414
Custos / despesas - serviços de treinamento de pessoal	(2)	-	-	(2)	-	-	-	-
Custos / despesas - serviços de campanhas e eventos promocionais	-	-	(95)	(95)	-	-	-	-
Custos / despesas - benefício em vales a colaboradores	-	-	(5.095)	(5.095)	-	-	-	-
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	-	(45)	(45)	-	-	63	63
Receitas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	(3.124)	-	-	(3.124)	(7.488)	-	(2)	(7.490)
Receita de venda de ativo imobilizado	-	-	138	138	-	-	-	-
Receita de mútua cooperação	-	-	8	8	-	-	(49)	(49)
Receitas multa contratual	-	-	-	-	-	(5)	-	(5)
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	-	-	133	133	-	-	(132)	(132)
Repasse de custos e despesas de colaboradores	-	-	-	-	-	-	283	283

10.1. Profissionais-chave da administração

Despesas com profissionais-chave

	Diretória - estatutária	
	2024	2023
Remuneração (a) (b)	1.791	1.787
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.678	2.315
Outros benefícios:	113	(528)
Provisão para remuneração variável do ano	208	924
Reversão/ Complemento de provisão de PPR do ano anterior pago no ano (c)	(166)	(1.561)
Previdência privada	66	103
Seguro de vida	5	6

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldos a pagar aos profissionais-chave

	2024	2023
Remuneração dos administradores (a)	955	1.078

- (a) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros de administração e diretoria estatutária;
- (b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi repassado através de rateio da controladora indireta CCR o montante de R\$ 148, referente as despesas com profissionais-chave; e
- (c) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi efetuada o pagamento de PPR na Companhia no montante de R\$ 758.

Na AGO realizada em 30 de abril de 2024, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.617, não incluídos os valores referentes a encargos sociais que forem devidos.

11. Ativo Imobilizado

	Imobilizado				Imobilizações em andamento	Total Imobilizado
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total em operação		
Saldo em 1º de janeiro de 2023	998	4.718	403	6.119	5.112	11.231
Adições	-	-	-	-	1.548	1.548
Baixas	-	(38)	-	(38)	-	(38)
Transferências	38	337	2.496	2.871	(2.871)	-
Depreciação	(279)	(1.511)	(663)	(2.453)	-	(2.453)
Outros	-	(21)	(219)	(240)	-	(240)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	757	3.485	2.017	6.259	3.789	10.048
Custo	3.421	14.916	19.775	38.112	3.789	41.901
Depreciação acumulada	(2.664)	(11.431)	(17.758)	(31.853)	-	(31.853)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	757	3.485	2.017	6.259	3.789	10.048
Adições	-	-	-	-	2.776	2.776
Transferências	-	1.728	-	1.728	(1.730)	(2)
Depreciação	(265)	(1.430)	(551)	(2.246)	-	(2.246)
Outros (a)	-	(78)	-	(78)	-	(78)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	492	3.705	1.466	5.663	4.835	10.498
Custo	3.421	16.566	19.775	39.762	4.835	44.597
Depreciação acumulada	(2.929)	(12.861)	(18.309)	(34.099)	-	(34.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	492	3.705	1.466	5.663	4.835	10.498
Taxa média anual de depreciação %						
Em 31 de dezembro de 2024	10	12	21			

- (a) O montante em 2024 de R\$ 78, refere-se à crédito de PIS e Cofins.



12. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível			Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do Intangível
	Exploração da infraestrutura concedida	Uso de sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento			
Saldo em 1º de janeiro de 2023	2.200.160	1.439	35	2.201.634	52.681	2.254.315
Adições	-	-	374	374	73.418	73.792
Transferências	31.444	37	(37)	31.444	(31.444)	-
Amortização	(63.507)	(608)	-	(64.115)	-	(64.115)
Outros	(2.549)	(4)	-	(2.553)	(41.295)	(43.848)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.165.548	864	372	2.166.784	53.360	2.220.144
Custo	2.473.771	28.386	372	2.502.529	53.360	2.555.889
Amortização acumulada	(308.223)	(27.522)	-	(335.745)	-	(335.745)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.165.548	864	372	2.166.784	53.360	2.220.144
Adições	-	-	4.000	4.000	35.306	39.306
Transferências	26.513	272	(272)	26.513	(26.511)	2
Amortização	(67.928)	(514)	-	(68.442)	-	(68.442)
Outros (b)	(1.536)	(24)	-	(1.560)	(5.944)	(7.504)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.122.597	598	4.100	2.127.295	56.211	2.183.506
Custo	2.498.748	28.634	4.100	2.531.482	56.211	2.587.693
Amortização acumulada	(376.151)	(28.036)	-	(404.187)	-	(404.187)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.122.597	598	4.100	2.127.295	56.211	2.183.506
Taxa média anual de amortização % Em 31 de dezembro de 2024	(a)	20	-	-	-	-

- (a) Amortização pela curva do benefício econômico; e
- (b) Em 2024 do montante R\$ 7.504: (i) R\$ 5.400 refere-se à ativo financeiro; (ii) R\$ 1.710 à crédito de PIS e Cofins e (iii) 394 refere-se à sinistros.

Infraestrutura em construção

O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2024, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

Total	44.564
Melhorias terminais de passageiros	20.267
Melhorias equipamentos e instalações	13.140
Aquisição de equipamentos para os terminais de passageiros	1.519
Melhorias terminais de carga	1.584
Recuperação de taludes e plantio de grama na LMG-800	2.663
Revitalização do ambiente de virtualização de servidores	5.391

13. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2024	2023
BNDES - (Subcrédito A e B)	TJLP + 2,31% a.a.	2,3814% (a)	Dezembro de 2035	2.164	942	411.161	429.898
Total geral					942	411.161	429.898

(b) (c) (d) (e)

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFIN S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Circulante	25.482	23.485
Financiamentos	25.639	23.655
Custos de transação	(157)	(170)
Não Circulante	385.679	406.413
Financiamentos	386.464	407.355
Custos de transação	(785)	(942)
Total geral	411.161	429.898

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada;

Garantias:

- (b) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis;
- (c) Aval/fiança corporativa da Controladora CCR S.A., na proporção de sua participação acionária indireta;
- (d) Garantia real; e
- (e) Aval/fiança corporativa do outro sócio da concessionária, na proporção de sua participação acionária indireta.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2024
2026	26.287
2027	28.472
2028	30.838
2029	33.400
2030 em diante	267.467
(-) Custo de transação	(785)
Total	385.679

A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES, que contém condição geral de *cross default* com outras empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico da Companhia, ou seja, que estabelece a possibilidade do BNDES vencer a dívida da Companhia antecipadamente, caso haja inadimplemento de outras dívidas perante o BNDES, firmadas por empresas do mesmo grupo econômico da Companhia.

Especificamente no que tange à apuração do índice Dívida Líquida/EBITDA ajustado, superior ao máximo estabelecido no contrato de financiamento da Companhia com o BNDES de 3,5.

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente. Não há quebra de *covenants* relacionados aos financiamentos.

14. Riscos cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas.



14.1. Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6	10.737	10.743
Constituição	249	2.042	2.291
Reversão	(21)	(1.376)	(1.397)
Pagamentos	(88)	(7.533)	(7.621)
Atualização de bases processuais e monetária	52	1.022	1.074
Saldo em 31 de dezembro de 2024	198	4.892	5.090

14.2. Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2024	2023
Cíveis	698	30
Trabalhistas	5.170	137
Total	5.868	167

15. Fornecedores

	2024	2023
Circulante	21.832	34.485
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	19.700	32.285
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	226	8
Cauções e retenções contratuais (b)	1.906	2.192
Não circulante	332	1.426
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	332	1.426

- (a) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação; e
- (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 906.940, composto por 1.070.450.637 de ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal.

	2024			2023		
	Participação acionária	Capital social	Quantidade de ações	Participação acionária	Capital social	Quantidade de ações
SPAC	51%	462.539	545.929.825	51,00%	462.539	545.929.825
INFRAERO	49%	444.401	524.520.812	49,00%	444.401	524.520.812
	100%	906.940	1.070.450.637	100%	906.940	1.070.450.637

17. Receitas operacionais líquidas

	2024	2023
Receita bruta	513.449	473.970
Receitas de construção (ICPC01 R1)	31.218	69.740
Receitas aeroportuárias	472.548	376.030
Receitas de reequilíbrio (a)	9.550	28.073
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	133	127
Deduções das receitas brutas	(56.810)	(46.010)
Impostos sobre as receitas	(53.643)	(45.196)
Abatimentos	(3.167)	(814)
Receita operacional líquida	456.639	427.960

- (a) Em 16 de novembro de 2022, a ANAC aprovou nova revisão extraordinária do contrato de concessão, (“Decisão n.º 571” e “Decisão n.º 569”), em razão dos prejuízos causados pela pandemia de COVID-19 para os anos de 2021 e 2022, respectivamente, com o objetivo de recompor o equilíbrio econômico-financeiro do mesmo. A revisão extraordinária resultou na recomposição econômico-financeira do contrato de concessão em favor da Companhia. Em 7 de dezembro de 2023, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do contrato de concessão, tendo como objetivo a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, no valor de R\$ 28.073, em razão dos prejuízos causados, no ano de 2023, pela pandemia da COVID-19. Essa recomposição foi registrada como receita em contrapartida ao contas a receber do Poder Concedente e, após anuência do Ministério de Portos e Aeroportos, foi utilizada para reduzir o saldo passivo de outorga fixa a pagar. Para o exercício de 2024, ocorreu à revisão do contrato de concessão de 2023 do fluxo de caixa.



18. Resultado financeiro

	2024	2023
Despesas financeiras	(300.201)	(298.729)
Juros sobre financiamentos	(33.818)	(35.288)
Variação monetária sobre financiamentos	(3.453)	(4.340)
Variação monetária sobre obrigações com o Poder Concedente	(171.790)	(165.496)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(218)	(144)
Ajuste a valor presente de obrigações com o Poder Concedente	(78.555)	(80.737)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(9.243)	(12.724)
Variação monetária sobre outros ativos	(3.124)	-
Receitas financeiras	13.431	26.410
Juros e outras receitas financeiras	2.027	2.852
Rendimento sobre aplicações financeiras	11.306	15.985
Variação monetária sobre outros ativos	-	7.488
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	98	85
Resultado financeiro líquido	(286.770)	(272.319)

19. Instrumentos financeiros

19.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		2024	2023
Ativo	Nível	168.802	184.401
Valor justo através do resultado		66.533	62.042
Caixa e bancos	Nível 2	4.061	1.786
Aplicações financeiras	Nível 2	48.053	44.163
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	14.419	16.093
Custo amortizado		102.269	122.359
Contas a receber das operações		49.905	43.413
Contas a receber de partes relacionadas		52.364	78.946
Passivo		(3.176.974)	(3.122.214)
Custo amortizado		(3.176.974)	(3.122.214)
Financiamentos (a)		(411.161)	(429.898)
Fornecedores e outras contas a pagar		(26.200)	(38.319)
Obrigações com o Poder Concedente		(2.733.934)	(2.653.143)
Fornecedores a partes relacionadas		(5.679)	(854)
Total		(3.008.172)	(2.937.813)

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.



19.2. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

19.3. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamentos, obrigações parceladas e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2025 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ ^{(4) (5)}	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
TJLP	412.103	(42.982)	(51.320)	(59.659)
Efeito sobre financiamentos		(42.982)	(51.320)	(59.659)
CDI	62.768	5.803	7.242	8.678
Efeito sobre as aplicações financeiras		5.803	7.242	8.678
Total do efeito de perda		(37.179)	(44.078)	(50.981)

As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	12,1500%	15,1875%	18,2250%
TJLP ⁽³⁾	7,9700%	9,9625%	11,9550%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

No item (2) a (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Taxa de 31/12/2024, divulgada pela B3;
- (3) Taxa de 31/12/2024, divulgada pelo BNDES;
- (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e não consideram os saldos de juros em 31/12/2024, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (5) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI e TJLP).



20. Compromissos vinculados a contratos de concessão

20.1. Compromissos com Poder Concedente – Outorga Variável

Refere-se ao montante a ser pago ao Poder Concedente, a título de contribuição variável da outorga, resultante da aplicação de alíquota de 5% sobre a receita bruta da Concessionária, deduzida do percentual de 26,4165% sobre as receitas tarifárias, referente a incorporação do ATAERO (Adicional de tarifa aeroportuária) às receitas reguladas, líquido de Pis e Cofins.

	2024	2023
Circulante	23.522	18.824

A contribuição variável é paga anualmente no mês de maio.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 16.290 (R\$ 13.923 no decorrer do exercício em 31 de dezembro de 2023).

20.2. Compromissos relativos à concessão

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e grandes manutenções periódicas) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente (conforme PMI – Programa de Melhorias da Infraestrutura enviado a Agência Nacional de Aviação Cível em 31 de dezembro de 2015), portanto não contemplam eventuais diferenças frente a preços de mercado e a outros indicadores de correção de preços:

	2024	2023
Compromisso de investimento (a) (b)	189.388	188.469

(a) Os valores representam 100% da concessionária; e

(b) Referem-se à melhor estimativa dos investimentos obrigatórios a ser realizado pela concessionária, sem considerar gatilhos adicionais, como a construção da 2ª pista.

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço, casos em discussão para reequilíbrio e manutenções menores não periódicas.

20.3. Contribuição fixa

Refere-se ao montante anual a ser pago ao Poder Concedente em decorrência da oferta realizada no leilão objeto da concessão.

	2024		2023	
	Valor Nominal	Valor Presente (Contábil)	Valor Nominal	Valor Presente (Contábil)
Circulante	262.416	255.607	246.062	238.049
Não circulante	3.332.867	2.454.805	3.351.684	2.396.270
	3.595.283	2.710.412	3.597.746	2.634.319

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cronograma de desembolso

	2024		2023	
	Valor nominal	Valor Presente (Contábil)	Valor nominal	Valor Presente (Contábil)
2024	-	-	246.062	238.049
2025	262.416	255.607	173.681	162.752
2026	163.508	133.738	155.911	147.254
2027	163.508	94.658	155.911	142.418
2028	163.508	96.570	155.911	138.205
2029 em diante	2.842.343	2.129.839	2.710.270	1.805.641
Total	3.595.283	2.710.412	3.597.746	2.634.319

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros real de 4,3% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

O valor do ônus da concessão está sendo liquidado em parcelas anuais e consecutivas, cujo montante é reajustado anualmente conforme o IPCA.

Com a assinatura do Termo Aditivo n.º 007/2020, ocorreu a postergação das datas de vencimento das parcelas de 2021 a 2025, que alteraram de maio para dezembro. A partir de 2026, a data de vencimento voltará a ser no mês de maio.

21. Demonstrações dos fluxos de caixa

21.1. Transações que não afetaram caixa

As transações que não afetaram caixa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2024
Variações nos ativos e passivos	7.188
Ativo financeiro	5.400
Tributos a recuperar	1.788
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(7.188)
Outros ativo imobilizado e intangível	(7.188)



21.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:

	Financiamentos	Total
Saldo inicial	(429.898)	(429.898)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	56.008	56.008
Pagamentos de principal e juros	56.008	56.008
Outras variações que não afetam caixa	(37.271)	(37.271)
Juros e variação monetária sobre financiamento	(37.271)	(37.271)
Saldo final	(411.161)	(411.161)



Composição da Diretoria

Daniel Miranda Barbosa
Rodrigo Costa Cortes

Diretor Presidente
Diretor de Operações

Composição do Conselho de Administração

Waldo Edwin Pérez Leskovar
Francisco Tadeu Barbosa de Alencar
Rafael de Melo Laranjeira
Roberto Penna Chaves Neto
Tobias Markert
Wagner Caetano Alves de Oliveira

Presidente
Membro Efetivo
Membro Efetivo
Membro Efetivo
Membro Efetivo
Membro Efetivo

Conselho Fiscal

Eiane Barbosa Benassi Serra
Paulo Herminio Pereira Gomes Filho

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0 S/MG